



1 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, em primeira chamada às quatorze horas e um
2 minutos, não havia quórum ainda para a realização da reunião, em segunda chamada, às quatorze horas e vinte minutos
3 completando o quórum. O Presidente Interino iniciou na Câmara Municipal de Maricá de forma presencial a reunião do
4 CMS-Maricá com os seguintes conselheiros Titulares: Jorge Alberto Rispoli, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Sandro
5 dos Santos Ronquetti, Marcelo Costa Velho Mendes de Azevedo, Antônio Carlos do Rego e Souza, Eliane Fontes de Araújo,
6 Joyce do Valle Santos, Edson Gonçalves de Oliveira, Rose Mary de Melo Bruce, Marcos de Souza Pires, Rodrigo Cantini,
7 Antônio Carlos da Cunha e Yasmim Lemos Von-Sohsten Moreira. Suplente: Moisés Antônio de Melo Abrão, Luciléa
8 Pereira Rosário, Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia, André Ricardo dos Santos Gonçalves, Regina Ferreira Pinto
9 Bezerra da Silva, Isabella Barbosa de Freitas, Alexandre da Rocha Rodrigues e Renata do Nascimento Frazão. Com a
10 seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Ata anterior, 2-Citação dos Ofícios enviados e recebidos/respostas (enviados
11 anteriormente grupo do WhatsApp), 3-Indicação da Conselheira Anna para participação na Audiência Pública em
12 Saquarema, 4-Eleição para a cadeira em Vacância Mesa Diretora do CMS-Maricá, 5-Moção de repúdio para a Empresa
13 LEFE e a OS. Mahatma Gandhi (Cunha), 6-Apresentação da equipe do Centro de Informação em Saúde (CIS), 7-
14 Apresentação do número do processo do Concurso dos ACSs, 8-Posição da Secretaria de Saúde sobre o pagamento da
15 Insalubridade dos ACS, 9-Esclarecimento para os Conselheiros sobre a eleição do CES (Cunha), 10-Convite à Coordenadora
16 do Ambulatório Péricles Siqueira Ferreira (Edson), 11-Aprovação da Oficina da CISTT, 12-Devolutiva da 5ª Conferência
17 Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, 13-Sugestão de pauta para a próxima reunião e 14- Informes Gerais.
18 Justificativas de faltas dos Conselheiros; Bruno de Souza Lougon, motivo de saúde e Adriana Domingues Picanço por
19 motivo exames no horário da reunião. **Primeiro ponto da pauta.** Apreciação e votação da Ata anterior. O Presidente Interino
20 pergunta se todos receberam as atas relativa reunião de 28 de agosto, coloca em votação, foi aprovada por unanimidade.
21 **Segundo ponto da pauta.** Citação dos Ofícios enviados e recebidos/respostas (enviados anteriormente grupo do
22 WhatsApp). A Secretária Geral diz todos os ofícios foram publicados no grupo, é do conhecimento de todos e se alguém
23 tiver alguma dúvida, mas que irá ler a renúncia da Conselheira Denise e dois ofícios de indicações. Ofício nº
24 1523/SMS/2025, da Secretaria de Saúde de Maricá, indicando o Marcelo Costa Velho Mendes de Azevedo – titular e Regina
25 Ferreira Pinto Bezerra da Silva - suplente, Sandro dos Santos Ronquetti – titular e Isabella Barbosa de Freitas- Suplente,
26 ofício nº 03/2025, da Associação Pestalozzi de Maricá indicando a Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia em
27 substituição a Denise Marchon Tinoco. Foi solicitado a inversão do quarto ponto da pauta antes do terceiro ponto. **Quarto**
28 **ponto da pauta.** Eleição para a cadeira em vacância da Mesa Diretora do CMS-Maricá. O Presidente Interino explica sobre
29 a saída do Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Bruno Lougon, por motivos pessoais, e que ficou como Presidente
30 interino, mas, como a cadeira era da gestão, nada mais justo que essa cadeira volte para a gestão. Pede à Secretaria de Saúde
31 que indique alguém para ocupar a cadeira e colocarem em votação. O Conselheiro Marcelo diz que a indicação da gestão é
32 um velho conhecido de longa data, que todos conhecem, tem experiência e dispensa palavras: o Sandro Ronquetti. O
33 Presidente Interino pergunta se todos estão de acordo. A Conselheira Rose Mary pede uma questão de ordem, cita o artigo
34 21 do Regimento Interno do Conselho, questiona a forma da condução da indicação e diz que, como está vendo que é um
35 processo que já foi decidido anteriormente, antes da votação gostaria de pedir licença para fazer a leitura de uma observação
36 em relação a isso, porque depois vai proceder a eleição e não poderá mais expor opiniões. Lê um documento que protocolou
37 a respeito do seu voto contrário à indicação de representante da Secretaria Municipal de Saúde para a Presidência do
38 Conselho, o qual fará parte integrante desta ata. O Presidente Interino esclarece o artigo 21, parágrafo sexto, que diz: “Em
39 caso de vacância de qualquer cargo da Mesa Diretora, por qualquer motivo, este será eleito na reunião subsequente do CMS-
40 Maricá, seguindo as mesmas determinações para a composição primária da Mesa Diretora.” Na composição primária da
41 Mesa Diretora, a presidência era da gestão, então nada mais justo que essa cadeira volte para a gestão. A Conselheira Rose
42 Mary diz que o artigo cita esse mesmo procedimento, que seria um processo eleitoral e não uma indicação direta, e discorda
43 quando o senhor aventa essa hipótese, dizendo que a cadeira é da gestão porque foi eleita num processo anterior, em 2023,
44 durante a Conferência Municipal de Saúde. O Conselheiro Edson diz que esteve estudando e que, nesse ano, o usuário
45 deveria ser o presidente. Portanto, teve aquela recondução e, a partir do momento em que naquela recondução tivesse sido
46 colocado esse requerimento da Conselheira Rose Mary, talvez tivesse validade, até porque, com a recondução, o único jeito
47 de haver eleição seria se alguém da Mesa Diretora que seria a Anna ou o Antônio Carlos se colocasse como candidato para
48 concorrer com o Conselheiro Sandro. Já teve a recondução, e no próximo processo eleitoral haverá eleição a cada dois anos.
49 O Conselheiro Moisés chama a atenção para todos os elementos que a Conselheira Rose Mary trouxe, e diz que, nós enquanto
50 segmento usuário, se não olharmos para isso e não validarmos o que a companheira está trazendo, teremos um problema no



51 segmento usuário. Corroborando com o que a Conselheira Rose traz, lembra que, na última reunião, o Jorge bateu nessa
52 tecla de que precisamos ler e estudar. Concorde que, à luz do nosso próprio Regimento, viemos cometendo um equívoco.
53 Cita o artigo 19 do Regimento Interno, que fala da paridade eleita em plenário para ocupar todos os seus cargos; parágrafo
54 único: “A Mesa Diretora deverá ser composta por dois usuários, um trabalhador de saúde e um prestador de serviço.” O
55 nosso Regimento não prevê, na Mesa Diretora, uma pessoa da gestão. O Conselheiro Sandro esclarece que prestador é
56 prestador SUS ou prestador privado. É assim que se vê dentro do Conselho, porque não há segmento de gestão, então
57 estaríamos debilitados. O segmento é prestador, só que a Secretaria de Saúde é um prestador de serviço dentro da gestão do
58 SUS. A seguinte questão é que a Mesa não está paritária hoje e, se outro usuário assumir, quebrará a paridade. A Mesa foi
59 eleita em 2023 e reconduzida na reunião de abril, exatamente dentro da paridade, portanto não estão cometendo nenhuma
60 falha. A Conselheira Anna Quintanilha explica que, se fosse uma votação para a Mesa Diretora e todos tivessem renunciado,
61 aí sim teria que formar uma comissão eleitoral. Outra coisa: o nosso Regimento não prevê obrigatoriamente essa mudança
62 de segmento na presidência do Conselho. A Conselheira Rose Mary diz que, em relação ao que o Conselheiro Edson falou,
63 o ofício não havia sido encaminhado anteriormente à pauta. Ela foi informada na segunda-feira, e não constava nenhuma
64 comunicação de que seria feita essa eleição. Quando a Conselheira Anna fala em relação ao processo da recondução da
65 Mesa Diretora que foi feita este ano, mais uma vez, o artigo 21 não cita a vacância de toda a Mesa Diretora. É bem explícito
66 quando ele fala: “a vacância de qualquer cargo”, e diz no Regimento que a vacância de qualquer cargo será feita por meio
67 de processo eleitoral, o que entende-se que deveria criar uma comissão eleitoral, alguns candidatos deveriam ter a
68 oportunidade de se candidatar e, aí sim, ser feito o processo eleitoral, e não uma indicação direta como está sendo feita aqui.
69 O Presidente Interino coloca em votação e pede que quem está de acordo que a Mesa Diretora passe a ser da gestão
70 permaneça como está, e quem não estiver de acordo pode se manifestar. A Conselheira Rose Mary diz que não está de
71 acordo com esse processo. O Conselheiro Moisés deixa registrado que também não está de acordo, mas como é suplente,
72 não vota, apenas se manifesta. A Conselheira Aparecida pede um esclarecimento: como está retornando no lugar da
73 Conselheira Denise, indicada pela Associação Pestalozzi, gostaria de saber se o titular dela está presente. Ficando aprovado
74 que o Conselheiro Sandro Ronchetti é o novo Presidente do CMS-Maricá, por 12 (doze) votos a favor e 1 (um) contra, da
75 Conselheira Rose Mary. **Terceiro ponto da pauta.** Indicação da Conselheira Anna para participação na Audiência Pública
76 em Saquarema. A Secretária-Geral lê o convite para audiência pública do Conselho Municipal de Saúde de Saquarema, a
77 realizar-se em 03 de outubro de 2025. Ao término da leitura, explica que esse convite foi enviado ao Presidente do Conselho
78 Municipal de Saúde, Jorge, que na ocasião estava ocupando interinamente a cadeira. Como ele não poderá comparecer,
79 indicou o nome dela para comparecer. Pergunta se o Presidente eleito mantém a indicação. O Presidente diz que, se o Vice-
80 Presidente Jorge não pode ir, vai passar para Anna, e pergunta se ela também gostaria de ir, porque não é Conselho para um
81 só conselheiro. O Vice-Presidente lembra que o convite também foi extensivo à Secretária Executiva Laudeci. O
82 Conselheiro Carlos Cunha diz que discorda, que o Conselho não pode ficar fechado. Então tem que colocar alguém no
83 Conselho, não é admissível que o Conselho fique fechado. Não há mais condições para isso, o Conselho tem que abrir às 9
84 horas e fechar às 17 horas, porque estamos fazendo um trabalho dos Conselhos Locais e as pessoas estão nos procurando,
85 então não há condições de o Conselho ficar fechado. O Vice-Presidente diz que é de acordo com o fechamento assim, porque
86 é um convite de uma cidade vizinha, direcionado a duas pessoas que realmente são importantes no Conselho, tanto a Anna
87 quanto a Laudeci. Mas são coisas que precisamos ter unidade com a cidade de Saquarema. Como o convite foi para ele e
88 não pode ir, está indicando a Anna, e o outro convite foi direcionado à Laudeci, que realmente é peça importante nesse
89 Conselho. Acha que deveriam ir, sim. O Conselheiro Carlos Cunha diz que, no parecer dele, tem que ir sim. Então ela vai e
90 deixa alguém no Conselho aberto. O Presidente diz que, primeiro, a Laudeci não é conselheira, o convite foi para o Conselho.
91 Se ela puder ir, a Mesa Diretora vai resolver se ela vai ou não. Depois, se o Conselho vai ficar fechado, é obrigação da Mesa
92 Diretora deixar a sala aberta. Vamos definir isso. O Vice-Presidente fala que o convite é extensivo à Secretária Executiva
93 Laudeci. O Presidente pergunta se algum outro conselheiro gostaria de ir. O Conselheiro Edson manifesta interesse. Então
94 serão feitas as inscrições e a Mesa Diretora definirá essa questão sobre como o Conselho vai funcionar. **Quinto ponto da**
95 **pauta:** Moção de repúdio para a Empresa LEFE e a OS Mahatma Gandhi (Cunha). O Conselheiro Carlos Cunha diz que
96 os conselheiros mais antigos sabem da luta que foi nesse Conselho sobre a empresa LEFE — uma empresa que está aqui até
97 hoje. A Secretaria de Saúde desfez o contrato, mas a Mahatma Gandhi a abraçou e ela continua com menos viaturas,
98 prestando serviços precários ao nosso município. Gostaria que a plenária se manifestasse, até como uma questão de
99 posicionamento do Conselho, pois foi um trabalho de vários conselheiros fazendo relatórios. Poderíamos, assim, dar uma
100 moção de repúdio à empresa LEFE e à Mahatma Gandhi. O Presidente pergunta se a moção de repúdio é pelo mau serviço



101 prestado pela empresa. O Conselheiro Carlos Cunha responde que sim, das duas. O Presidente pergunta se alguém gostaria
102 de se manifestar ou falar alguma coisa. O Conselheiro e Secretário Marcelo diz que, até o momento, estão acompanhando,
103 estão na questão da intervenção, e que todos os pagamentos estão sendo realizados através da autorização da intervenção.
104 Existe um decreto municipal para trabalhar com isso, e já estão encaminhando o chamamento, pois já existia um processo
105 de rescisão do contrato. Estão realmente caminhando nesse sentido. O Conselheiro Carlos Cunha diz que é uma questão até
106 de fortalecer judicialmente esse parecer também. O Presidente coloca em votação e pergunta: aqueles que concordam com
107 a moção de repúdio para a LEFE e a Mahatma Gandhi permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. **Sexto ponto**
108 **da pauta:** Apresentação da equipe do Centro de Informação em Saúde (CIEVIS). A Coordenadora de Vigilância em Saúde,
109 Sra. Daniela, diz que é um prazer estar na plenária, compartilhando alguns avanços da Vigilância em Saúde dentro da
110 Secretaria de Saúde. Já era uma pauta prevista para essa apresentação e, hoje, um membro dessa pasta vai apresentar de
111 forma simples e objetiva para ganharem tempo, mas qualquer dúvida poderá ser esclarecida depois com mais detalhes. Passa
112 a palavra para Marcela, que faz parte da equipe do CIEVS — Centro de Informações em Estratégias e Vigilância em Saúde.
113 Ela explica que o CIEVS foi criado com o propósito de monitorar e acompanhar as emergências em Saúde Pública do
114 município. Emergências são eventos que causam grande impacto, como pandemias, desastres ambientais, surtos de doenças
115 e acidentes com materiais químicos. O CIEVS atua junto às vigilâncias sanitária, epidemiológica e ambiental. O CIEVS
116 nacional foi criado em 2006; a unidade de Maricá foi instituída em março de 2025. Competências: Coletar, consolidar,
117 avaliar e disseminar informações referentes a eventos de saúde pública; detectar doenças inusitadas ou inesperadas e eventos
118 que possam constituir emergência em saúde pública; verificar eventos e rumores de saúde pública que possam constituir
119 ameaça; avaliar riscos de doenças e agravos; elaborar estratégias de comunicação de risco; monitorar eventos de saúde
120 pública para subsidiar ações e preparar respostas; apoiar processos de formação continuada junto aos profissionais da rede
121 para fortalecimento de ações de vigilância e resposta. A equipe atua no monitoramento e análise de dados epidemiológicos
122 do município de Maricá, criação de protocolos para ações emergenciais em saúde (planos de contingência), formação
123 continuada e estabelecimento de diretrizes para orientar ações de vigilância e resposta a emergências em saúde pública.
124 Estrutura e funcionamento: equipe com cinco técnicos de nível superior e duas sentinelas, lotadas na UPA e no HMCML,
125 funcionando com telefone 24 horas para emergências ou dúvidas. O Conselheiro Carlos Cunha pergunta se há algum setor
126 identificado na UPA onde a população possa acessar. A Marcela responde que fica no setor de NVH. A Conselheira Rose
127 Mary pergunta quando foi criado o centro, pois está de posse da Programação Anual de Saúde deste ano e ele não consta.
128 A Coordenadora Daniela responde que o centro foi criado em março e pode não ter sido incluído. Competências: Coletar,
129 consolidar, avaliar e disseminar informações referentes a eventos de saúde pública; detectar doenças inusitadas ou
130 inesperadas e eventos de saúde que possam constituir emergência em saúde pública; verificar eventos e rumores de saúde
131 pública que possam constituir ameaça à saúde pública e avaliar riscos de doenças e agravos à saúde que possam constituir
132 emergência; elaborar estratégias de comunicação de risco para resposta a potenciais eventos de saúde; monitorar eventos de
133 saúde pública para subsidiar ações e preparações; apoiar processos de formação continuada junto aos profissionais para
134 fortalecimento de ações de preparação, vigilância e respostas a eventos de saúde pública. Atua no monitoramento e análise
135 de dados epidemiológicos do município de Maricá. Atuamos também na criação de protocolos para ações emergenciais em
136 saúde, que chamamos de plano de contingência. Apoiamos no processo de formação continuada dos recursos humanos que
137 compõem a rede e contribuimos para estabelecer diretrizes que orientem ações de vigilância e resposta a eventos de saúde
138 que possam constituir emergência em saúde pública. Estrutura e funcionamento: Temos uma equipe com cinco técnicos de
139 nível superior e duas sentinelas, que estão lotadas na UPA e outra no HMCML. Funcionamos por telefone 24 horas para
140 qualquer emergência ou dúvida. A Conselheira Rose pergunta quando foi criado esse Centro de Informações, dizendo que
141 está de posse da Programação Anual de Saúde deste ano, e ele não consta. E essa programação nos foi entregue bem depois
142 de março. Pergunta ainda se esse boletim semestral de Vigilância em Saúde que vocês têm também tem um plano municipal
143 “Vigiar”, e se ele tem relação com vocês. A Coordenadora Daniela diz que “Vigi Sono” e “Vigi Água” pertencem à pasta
144 de Vigilância Ambiental. O Centro de Informação em Vigilância em Saúde faz apenas a agregação dos dados de todas as
145 partes que compõem a Vigilância em Saúde, incluindo também o que é relativo a surtos da Secretaria Municipal de Saúde.
146 A Conselheira Rose Mary diz que perguntou porque, na Programação Anual de Saúde, esses programas que citou estão nos
147 objetivos, dentro da programação da Vigilância em Saúde. Houve uma falha na confecção da programação, porque, se faz
148 parte da Programação Anual de Saúde a PAS, deveria constar. A Coordenadora Daniela explica as mudanças das siglas dos
149 serviços. A Conselheira Rose Mary esclarece que todas as ações executadas dentro da Secretaria de Saúde têm que estar na
150 Programação Anual de Saúde e no Plano Municipal de Saúde, por isso sua pergunta, pois não viu a sigla nesses instrumentos.



151 Acrescenta que, como foi criado este ano, esse foi o motivo da dúvida. A Coordenadora Daniela fala de alguns fatos que
152 realiza no CIEVS, citando como exemplo os surtos em outras instituições e secretarias. Cita o possível surto de sarna em
153 uma escola e explica quais foram os procedimentos adotados, mencionando que a Vigilância Sanitária orientou o fechamento
154 da escola por três dias. O Conselheiro Edson diz que vem acompanhando o caso, até porque seus filhos estudam na Escola
155 Leda. Informa que o problema se estendeu também a uma escola em Guaratiba, com dois casos, e na Escola Leda há oito
156 casos, segundo informações do grupo de pais. Afirmo que nem é apenas uma questão da Secretaria de Saúde, mas sim uma
157 questão de contenção, mencionando também a presença de carrapatos por conta da grama e do muro baixo, o que, por ser
158 uma área aberta, tende a gerar um surto ou epidemia. A Coordenadora Daniela diz que foi orientada, dentro do relatório da
159 Vigilância Sanitária que foi enviado à Secretaria de Educação, a colocação de um gradil no local, porque existem muitos
160 animais soltos na redondeza que podem adentrar durante o dia, à noite e nos finais de semana, utilizando o espaço como
161 abrigo, e, em algum momento, levar a sarna e outros agentes infecciosos para dentro da unidade. A Conselheira Anna
162 Quintanilha cobra e lembra novamente da falta de criação do Centro de Zoonoses. A Coordenadora Daniela diz que não é
163 pauta, mas informa que estão vendo o terreno, junto com a FIOCRUZ, e que já foi fechado com o Ministério da Saúde. Em
164 breve iniciarão a construção do Centro de Zoonoses do município de Maricá. A Conselheira Anna Quintanilha pergunta se
165 a Vigilância Sanitária faz algum tipo de ação preventiva, principalmente nas escolas, com relação a esse tipo de epidemia
166 como escabiose, carrapatos e outras doenças que podem vir também de animais, pois há muitos animais abandonados. A
167 Conselheira e Subsecretária de Atenção Primária, Dra. Regina, diz que, na Atenção Primária, participa de um programa
168 chamado “Programa Saúde na Escola”, do Ministério da Saúde, em que a Atenção Primária, junto com a Secretaria de
169 Educação, realiza um trabalho de educação e saúde nas escolas, junto aos alunos, professores, diretores e pais. São abordados
170 diversos temas, dependendo da escola, dentre eles: sexualidade, doenças transmissíveis etc. Afirmo que esse trabalho já é
171 feito nas escolas municipais. A Conselheira Anna Quintanilha fala do problema de infestação de piolho na escola, inclusive
172 onde mora. A Conselheira Regina diz que isso é muito comum e que a questão da escabiose e da pediculose (piolho) é
173 frequentemente trabalhada. A Coordenadora Daniela aproveita para elucidar que fez o resgate de uma equipe da educação
174 continuada do Ministério da Saúde, composta por 16 profissionais que estavam disponíveis no município exercendo outras
175 funções. Nesta semana, iniciaram uma reunião, reorganizando a equipe, que atuará nas escolas, iniciando a educação
176 continuada pelas escolas estaduais, voltada ao público adolescente. A Conselheira Aparecida pede informação sobre a sigla
177 correta do CIEVS. A Coordenadora Daniela responde: Centro de Informação e Estratégias de Vigilância em Saúde. **Sétimo**
178 **ponto da pauta:** Apresentação do número do processo do Concurso dos ACSs. O Presidente diz que já havia conversado
179 sobre isso na última reunião, que já foi mandado um ofício para o Conselho, e reitera para ficar na ata: o número do processo
180 é 17974/25, e o processo já caminha. O Conselheiro Marcelo Velho diz que, desde que está no Conselho, uma coisa que lhe
181 chamou atenção nessa questão dos Agentes é que sempre havia um processo junto à Prefeitura por tempo indeterminado,
182 contratação, transferência para a OS ou para a FEMAR. Havia uma empresa há algum tempo atrás e vários mecanismos que
183 sabemos que isso impacta diretamente na questão do financiamento, o que é uma preocupação, porque todo o financiamento
184 que tenhamos direito ao Ministério da Saúde e isso ele falou pessoalmente com o Ministro Padilha quer que venha para
185 Maricá. Muito tem para fazer ainda; está cobrando a questão do nosso teto MAC e outros financiamentos, e tudo que Maricá
186 tiver direito perante o Ministério da Saúde vamos pegar. A questão da resolução dos Agentes Comunitários de Saúde e
187 Agentes de Endemias é uma prioridade nossa; acredita que até dezembro já tenha o concurso realizado. O Conselheiro
188 Carlos Cunha pergunta sobre os Agentes de Endemias: já não houve um concurso? Isso é muito injusto, pois eles já fizeram,
189 muitos gastaram dinheiro; não há uma condição de tentar aproveitar esse pessoal? O Conselheiro Marcelo diz que isso foi
190 analisado várias vezes; o problema é que caminhou para a extinção da FEMAR. Explica todo o processo administrativo e
191 jurídico dessa extinção. O Conselheiro Carlos Cunha pergunta se não poderia criar um mecanismo e apontar mais uma
192 avaliação, porque se perderam profissionais capacitados, e para entrar outros que ainda têm que aprender é uma mão de obra
193 muito boa que estamos perdendo. O Conselheiro Marcelo diz que a estrutura da FEMAR que foi montada ele, como
194 Secretário, teve acesso não foi uma decisão dele; através do nosso colegiado jurídico, viu-se que não era possível utilizar
195 mais essa situação. A Conselheira Rose Mary pergunta se, nessa parte dos ACS, não foi criada uma lei aqui em Maricá
196 prevendo a contratação de ACSs via CLT; não existe uma lei sobre isso? Por que a Secretaria de Saúde não pode fazer essa
197 nomeação? O Conselheiro Marcelo diz que esse objetivo está seguindo o embasamento e todo o parecer da PGM; a ideia é
198 vir pela Secretaria e não ficar nas condições em que estava antes. Vai ser um processo seletivo através de uma Universidade
199 Pública. A Conselheira Rose Mary pergunta se o processo anterior não foi homologado. O Conselheiro Marcelo diz que teve
200 a FEMAR, que foi extinta. O Presidente explica que, na lei que extinguiu a FEMAR, também foram extintos todos os cargos



201 que existiam nela; por isso, não pode se aproveitar. A lei que foi aprovada nessa Câmara colocou um artigo sobre isso. A
202 Conselheira Rose Mary pergunta se só através de interpelação judicial, individualmente, cada ACS, no caso de se sentir
203 prejudicado, pode entrar com uma ação. A Conselheira Rose Mary pergunta por que os atuais ACSs, os que estão trabalhando
204 e que, no caso, não são esses concursados, não teriam algum vínculo; eles não poderiam ser indicados como os que
205 atualmente trabalham nas unidades de saúde? O Presidente responde que eles vieram da outra OS e continuaram esse serviço,
206 e eles são CLT; por isso, está se fazendo um concurso e eles vão estar nesse concurso. A Conselheira Regina diz que a lei é
207 federal dos ACSs, que prevê que eles sejam contratados por processo seletivo diretamente pela Secretaria; por isso estamos
208 procedendo com o processo do concurso. Os ACSs que estão agora contratados foram absorvidos pela OS atual, vindos do
209 trabalho da outra gestão. A Conselheira Rose Mary pergunta se não existe a possibilidade de a própria Secretaria nomeá-
210 los, no caso via CLT, mesmo já existindo a extinção da FEMAR; não pode ser dessa forma? Pergunta se foi por orientação
211 da Procuradoria do Município e não pela Justiça. A Conselheira Regina explica que precisa ser por processo seletivo público.
212 O Presidente explica que haverá um processo seletivo e eles serão contratados diretamente pela Secretaria, via CLT. A
213 Conselheira Rose Mary fala do gasto que foi feito anteriormente e agora vai ser feito um novo gasto, mesmo já tendo pessoal
214 qualificado e aprovado. O Conselheiro Marcelo diz que, na verdade, não houve gasto em concurso, porque o concurso foi
215 feito pela COSEAC por meio de inscrição. A Conselheira Rose Mary pergunta se esse processo seletivo, quando é feito por
216 empresa, não existe custo. O Conselheiro Marcelo explica todo o processo nesses casos. O Conselheiro Edson pergunta,
217 referente aos ACSs, se vai ser processo seletivo ou concurso igual foi da FEMAR, e se na hora da inscrição vai haver aquela
218 opção de que eles irão concorrer a território definido, porque uma das bases é o ACS morar no território. Acha que na
219 inscrição deveria conter essa opção, porque nas visitas realizadas pela Comissão de Atenção Básica, da qual participa, está
220 notando que existem ACSs que não são moradores do território em que estão trabalhando. Cita alguns exemplos que
221 constatou de ACSs que moram em um bairro e atuam em outro. O Presidente responde que vai ser processo seletivo e que
222 estão conversando com o pessoal que está preparando o concurso para colocar essa opção da questão do espaço territorial.
223 O Conselheiro Marcelo diz que vai aproveitar com o pessoal do concurso para ficar atento a essas questões. Acha importante
224 que qualquer seleção já participou de várias bancas tenha um método e uma padronização para selecionar as pessoas e
225 atender à demanda. A Conselheira Regina diz que, na nova PNAB 2017, não vem específico que o ACS precise morar no
226 território, e sim ser morador do município. Com a nova PNAB 2017, isso foi mudado, mas, com certeza, o ideal é que ele
227 conheça o território onde vai trabalhar. **Oitavo ponto da pauta:** Posição da Secretaria de Saúde sobre o pagamento da
228 insalubridade dos ACSs. O Conselheiro Marcelo diz que tem acompanhado desde o momento em que recebeu o problema, e
229 que está nas mãos do jurídico para vermos qual o melhor encaminhamento, porque isso foi uma das questões que gerou
230 problema com a GNOSIS, o que ocasionou essa situação. Diz que está esperando a análise e definição da questão do
231 pagamento e que não acha que deva pagar à GNOSIS para que ela repasse o valor às pessoas. A medida que temos tomado
232 desde o início da gestão é: comprovando que está correto, fazemos o pagamento, como ocorre na oftalmologia e em outras
233 diversas situações. Ressalta que, para assinar qualquer tipo de pagamento, é necessário ter segurança. O Presidente
234 acrescenta à fala do Conselheiro Marcelo que a GNOSIS não está mais prestando serviço para a Secretaria e, como não
235 temos mais contrato com essa empresa, não se pode mais repassar o dinheiro para que ela o destine aos servidores. Estamos
236 definindo como e por onde será feito o pagamento. Temos conversado com o Sindicato dos ACSs e estamos tentando ver a
237 melhor forma de realizar isso, mas que seja de maneira legal. Acredita que, no próximo mês, já tenhamos uma resposta.
238 **Nono ponto da pauta:** Esclarecimento para os Conselheiros sobre a eleição do CES (Cunha). A Secretária-Geral leu um
239 relato enviado pelo Conselheiro Antônio Carlos Cunha, no qual relatou que Maricá disputou a vaga, mas, em razão de
240 recurso de Niterói, ficou como suplente. O Conselheiro Carlos Cunha diz que, como já está como suplente, o representante
241 de Niterói está trabalhando corretamente com ele, mas ficou uma lacuna para ele e para a Conselheira Anna, principalmente,
242 que trabalharam muito para essa eleição. Ressalta também que não se pode esquecer o trabalho e o apoio do ex-presidente
243 Bruno, que infelizmente precisou se afastar por razões particulares. Pergunta ao Secretário e pede que repasse à área jurídica:
244 qual é a legalidade do Conselho? Explica que ficaram sabendo que não teriam legitimidade jurídica para entrar com um
245 processo. Informa que está cobrando e que vai cobrar novamente, na próxima reunião, essa resposta que até hoje não foi
246 dada. Diz que apresentaram um recurso, mas até hoje não foi colocado em plenário o motivo de Niterói ter ficado como
247 titular. Acrescenta que a questão não é ser titular ou suplente, mas saber se Maricá é realmente o município mais antigo ou
248 se Niterói é. Até hoje não foram apresentados os documentos do Conselho de Niterói, os quais, por lei, eles são obrigados a
249 disponibilizar. Foi encaminhada ao CES uma solicitação pela mesa pedindo essa documentação, mas até hoje não houve
250 resposta, apesar de afirmarem que vão entregar. Pede ao Secretário de Saúde que, por meio do setor jurídico da Secretaria,



251 possa rever essa situação, pois é uma questão de moral para o município, que perdeu a vaga para Niterói. Afirmo que não
252 admite e nem vai admitir essa situação. Se Niterói tem o direito, tudo bem, mas querem saber a verdade. O Secretário e
253 Conselheiro Marcelo diz que concorda 100% com o Conselheiro, e que é necessário esclarecer essas questões, pois é notável
254 o crescimento da cidade de Maricá e a sua participação cada vez maior. Coloca a Secretaria à disposição e informa que a
255 Dra. Mônica e o Jurídico podem ajudar, deixando o espaço aberto para o Conselho. Pergunta se o Conselho chegou a falar
256 pessoalmente com o Procurador da Saúde para marcar uma reunião com ele. A Secretária-Geral explica que o ex-presidente
257 Bruno falou com o Procurador, levou o processo pronto, o qual ele mesmo elaborou a defesa, pois é formado em Direito.
258 No entanto, não tiveram mais resposta, porque dependia do Procurador-Geral. O Conselheiro Carlos Cunha diz que o
259 Procurador-Geral não os atendeu, e que o jurídico da Secretaria de Saúde foi muito atencioso. No entanto, a informação que
260 está sendo passada é de que o Conselho não tem legitimidade, e acredita que o mesmo vale para a Secretaria de Saúde.
261 Afirmo ser uma pena, porque há muita coisa a ser avançada e trazida para Maricá, mas o Conselho fica sem poder de fala
262 por estar representado apenas por suplente. A Dra. Mônica explica que o Conselho Municipal de Saúde não tem
263 personalidade jurídica própria, e, portanto, não pode atuar na Justiça, mover uma ação ou defender um processo, justamente
264 por não possuir essa natureza jurídica. O Conselho é um órgão deliberativo e consultivo. Dentro da Procuradoria, há o
265 Procurador da Saúde, mas também existe a Procuradoria-Geral. O Secretário coloca o Jurídico da Secretaria de Saúde à
266 disposição e informa que podem procurar o Dr. Anderson, que assumiu a chefia do setor jurídico com a saída do Dr. André.
267 O Presidente acrescenta que o ex-presidente Bruno havia deixado encaminhado um contato com o Procurador Ramires,
268 responsável pela área da saúde, e que tentou manter o diálogo com ele, mas não conseguiu contato, assim como os demais
269 membros do Conselho. O Secretário diz que podem insistir e tentar novamente o contato, pois vale a pena essa interpretação.
270 Ressalta que realmente é necessário obter uma resposta sobre essas questões. A Secretária-Geral explica que, no Fórum,
271 enfrentaram uma situação estranha, porque Niterói e São Gonçalo, como sempre, estão juntos, e acabam querendo ter o
272 protagonismo nas decisões, por acreditarem que possuem uma população maior. Entretanto, há mais cinco municípios
273 menores que também precisam das ações do Estado e acabam não sendo contemplados, ficando sem voz. Acredita que o
274 Estado tem responsabilidade nisso, pois a Região Metropolitana II não é composta apenas por Niterói e São Gonçalo, mas
275 também por esses outros municípios menores, que necessitam de atenção. O Presidente registra a presença da vereadora
276 Andrea Costa e agradece por sua presença. O relatório fará parte integrante desta ata. **Décimo ponto da pauta:** Convite à
277 Gerente do Ambulatório Péricles Siqueira Ferreira (Edson). O Conselheiro Edson explica que, por fazer parte da Comissão
278 de Atenção Básica, tem recebido diversas reclamações e denúncias de usuários sobre o Ambulatório Péricles Siqueira
279 Ferreira. Afirmo que procura orientar os pacientes da melhor forma possível, mas relata que uma das principais queixas é
280 sobre o canal de atendimento via WhatsApp, que, segundo os usuários, não funciona adequadamente o robô responde apenas
281 a uma pergunta e não dá sequência. Informa que a maioria das reclamações vem de pessoas idosas, portadoras de doenças
282 cardiovasculares e até pacientes com suspeita ou diagnóstico de câncer. Segundo relatos, os atendentes informam que não
283 há previsão para retorno nem agendamento de novas consultas. Pergunta se há algum calendário de atendimento ou previsão
284 para responder aos pacientes, motivo pelo qual solicitou a presença da coordenação do ambulatório. A Gerente do
285 Ambulatório, Fernanda Bastos, esclarece que estão sendo feitos ajustes na regulação e que novas medidas estruturais estão
286 sendo adotadas para ampliar a capacidade de atendimento. Explica que, devido a adequações realizadas pela Central de
287 Regulação, foi necessário reformular o fluxo de entrada de pacientes. A equipe identificou filas significativas,
288 principalmente para pacientes de primeira consulta, e, por isso, foi preciso realizar um estudo sobre a quantidade de vagas
289 e o número de retornos e primeiras consultas atendidas. Durante esse período, o agendamento foi suspenso por
290 aproximadamente uma semana, mas garante que nenhum paciente deixou de ser respondido. Ressalta que o atendimento via
291 WhatsApp é feito por um profissional, e não por um robô, e que todas as mensagens são analisadas e respondidas
292 individualmente. O Conselheiro Edson intervém, dizendo que muitos pacientes mostraram a ele “prints” de conversas que
293 comprovam a falta de resposta. A Gerente Fernanda esclarece o processo de reagendamento de vagas para retorno e primeira
294 consulta. Explica que pacientes idosos ou com dificuldades visuais são acolhidos diretamente na unidade, e que todos estão
295 sendo respondidos. Reconhece que o crescimento populacional do município tem impactado na agilidade do atendimento,
296 mas afirma que estão empenhados em melhorar. O Secretário Marcelo informa que, nesta semana, visitou o ambulatório
297 acompanhado do Subsecretário de Atenção Especializada, Dr. André Nahum. Relata que a equipe tem trabalhado
298 intensamente na reorganização da atenção especializada, dentro da nova estratégia do Ministério da Saúde, que prevê
299 ampliação do número de especialistas por meio das Ofertas de Cuidado Integrado (OCIs). Ressalta que chamou a
300 Organização Social (OS) responsável para reuniões e solicitou adequações, incluindo a aquisição de aparelhos de ar-



301 condicionado para climatização do espaço. Lembra que o prédio é alugado há quatro anos e expressa sua opinião contrária
302 ao aluguel, defendendo a construção de prédios próprios, conforme as normas e exigências do RBC. Afirma que é justo que
303 o município tenha um ambulatório de especialidades estruturado para essa finalidade. Diz que recebeu a Secretaria com uma
304 Atenção Primária muito reduzida e que tem trabalhado para fortalecer as especialidades médicas. Acredita que, até março
305 do próximo ano, será possível retomar as obras da Policlínica de Cordeirinho, e que a meta é entregar uma policlínica em
306 cada distrito até o final da gestão. Com especialidades mais comuns, cita algumas que estarão disponíveis e outras que talvez
307 não estejam em todas as unidades. Explica que, por exemplo, não há como ter oncologista em todas, mas que haverá
308 cardiologista, endocrinologista e outros especialistas de maior demanda, com o objetivo de que a população não precise se
309 deslocar como no caso de quem mora em Cordeirinho podendo ser atendida no próprio bairro. Ressalta que essa é a ideia
310 atual, mas que estão readaptando e reorganizando a questão do ambulatório, e que nas próximas semanas estarão trabalhando
311 em relação a isso. O Conselheiro Edson manifesta grande preocupação, pois o Conselho vem realizando acompanhamento
312 direto e, em todas as visitas, observa-se que o número de usuários está aumentando. Informa que será feito um levantamento
313 para auxiliar na otimização da Atenção Primária, especialmente em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs),
314 citando exemplos de Unidades de Saúde quanto aos cadastrados e à quantidade de agentes disponíveis. O Conselheiro
315 Marcelo comenta que a Doutora Regina já possui alguns dados que podem ser compartilhados. Sugere que sejam
316 apresentados na próxima reunião, destacando que as unidades estão superlotadas. Relata sua visita à Unidade do Recanto,
317 que possui a mesma estrutura, mas atende uma população que cresceu significativamente. Afirma que, com as unidades
318 existentes, é impossível atender adequadamente a demanda da população atual, que continua em expansão. A Gerente
319 Fernanda ressalta que foi incluída no Plano Municipal de Saúde 2026–2029 a criação de um terceiro turno no ambulatório,
320 considerando que a construção de uma estrutura própria levará algum tempo. Explica que a ideia é, assim que houver
321 possibilidade de contratar mais profissionais, estender o funcionamento do ambulatório até às 20h ou 21h. O Conselheiro
322 Marcelo complementa dizendo que, em São Paulo, é muito comum o funcionamento em um terceiro turno, até às 22h, e
323 questiona por que isso nunca foi implantado localmente. Recorda que a ampliação do funcionamento das Unidades de
324 Atenção Primária aos sábados só foi possível com o apoio do Conselho. O Conselheiro Carlos Cunha informa que houve
325 elogios à iniciativa em Santa Paula e, aproveitando o tema, sugere a implantação de uma ambulância específica para atender
326 exclusivamente as Unidades de Saúde. Relata que, no mesmo dia, fez uma solicitação ao Presidente Sandro a respeito da
327 Unidade de Ponta Grossa, onde ocorreu um problema com a perda de uma ficha de atendimento, o que reconhece ser algo
328 que pode acontecer. Afirma que o importante é buscar soluções e reforça a ideia de criar uma ambulância e uma equipe
329 específicas para os postos de saúde, de modo que a população não precise acionar o SAMU, já que há uma estatística que
330 mostra o atendimento frequente do SAMU às Unidades de Saúde. A Conselheira Regina confirma que existe um estudo
331 sobre essa questão e demonstra interesse em apresentá-lo, assim como conhecer o levantamento do Conselheiro Edson.
332 Destaca a necessidade de expandir a Atenção Primária, o que permitirá oferecer suporte também à Atenção Especializada.
333 Acrescenta que, quanto ao transporte, já foi incluída no próximo chamamento público a proposta de um transporte específico
334 para a Atenção Primária, evitando a dependência da rede SAMU, que possui outras finalidades. O Secretário informa que o
335 tema está na pauta que será levada ao Ministério da Saúde, para tratar da questão da SAMU. Menciona o processo de
336 contratação de vans para testagem e destaca que já solicitou ao Prefeito a criação de uma sala de vacinação no novo shopping
337 de Maricá, que passará a contar com esse serviço. O Conselheiro Carlos Cunha o interrompe, dizendo que, caso o Secretário
338 tenha interesse, o Conselho dispõe de um relatório completo da SAMU, com fotos das ambulâncias, e pergunta se o
339 documento já chegou às mãos do Secretário. Este solicita que o relatório e as cópias sejam enviados ainda nesta semana. O
340 Conselheiro Carlos Cunha informa que o relatório será encaminhado ao Secretário. O Presidente esclarece que o município
341 foi contemplado no PAC para a renovação da frota, mas não para o aumento, uma vez que a portaria vigente estabelece
342 limites de frota conforme o número de habitantes. O Conselheiro Carlos Cunha retifica, diante de todos, a importância do
343 Conselho Local e destaca que o Conselho Legal é essencial para fundamentar as informações necessárias sobre o que ocorre
344 nas unidades de ponta. Explica que muitas situações acontecem nas unidades e acabam não chegando ao conhecimento do
345 Secretário, reforçando a relevância dessa comunicação. O Vice-Presidente dirige-se à Coordenadora Fernanda, relatando
346 que recebeu recentemente uma informação sobre o fluxo de atendimento de pacientes que passam por consulta com
347 ortopedista na emergência. Segundo ele, após essa consulta, o paciente é encaminhado para o ambulatório, onde precisa
348 novamente passar por um clínico para ser reencaminhado ao ortopedista, o que acaba gerando demora no atendimento,
349 podendo levar de quatro a cinco meses até a efetiva consulta com o especialista. A Gerente Fernanda explica que o fluxo de
350 atendimento do hospital até o especialista foi estabelecido por outra Superintendência de Regulação, e que esse processo



351 está sendo revisto. Ressalta que o fluxo existente no JOM é mais complexo, pois o encaminhamento segue o mesmo padrão
352 para todas as especialidades, não apenas para ortopedia. Esclarece que atualmente os pacientes já estão sendo agendados
353 diretamente no hospital para o ambulatório, uma vez que o próprio hospital dispõe de um sistema no qual, após o
354 atendimento, é feita a solicitação da consulta, encaminhando o paciente diretamente para o ambulatório, sem a necessidade
355 de nova triagem. O Secretário Marcelo informa que já determinou a todos os hospitais que o fluxo deve ser direto entre o
356 especialista e o paciente. Explica que, ao identificar a necessidade de acompanhamento por um cardiologista,
357 endocrinologista, imunologista ou outro especialista, o profissional terá autonomia para realizar o encaminhamento. Detalha
358 todo o processo de referência e contrarreferência entre os níveis de atenção. A Gerente Fernanda complementa explicando
359 que o ambulatório não recebe o paciente quando a referência está marcada como “Atenção Primária”, pois, nesse caso, o
360 encaminhamento é direcionado à Unidade Básica de Saúde. Entretanto, quando o encaminhamento vem diretamente do
361 hospital para o ambulatório, CMI ou outra unidade de atenção especializada, o agendamento é feito automaticamente pelo
362 próprio hospital. Ela acrescenta que, nas agendas médicas acessadas pelo SISREG, é possível identificar a origem da
363 referência do paciente. Atualmente, o ambulatório já recebe pacientes referenciados pelo Hospital Santa Rita, UPA, Hospital
364 Che Guevara e Hospital Conde Modesto. Explica detalhadamente esse fluxo de comunicação entre a atenção hospitalar,
365 especializada e primária, especialmente no que se refere ao agendamento de consultas. O Secretário reforça que há a
366 necessidade de que os encaminhamentos venham de forma detalhada, indicando claramente o motivo pelo qual o paciente
367 está sendo direcionado ao especialista. O Vice-Presidente observa que esses protocolos deveriam ser instituídos dentro dos
368 próprios hospitais de emergência, pois, muitas vezes, o profissional encaminha o paciente para o ambulatório quando, na
369 verdade, ele deveria ser atendido pela Atenção Primária. Afirma que é preciso orientar e capacitar os profissionais das
370 emergências quanto a esses fluxos. O Secretário responde que essa orientação já está em andamento e que o objetivo é que
371 tudo passe pela Regulação, a qual está elaborando manuais para as solicitações de exames e encaminhamentos, a fim de
372 garantir que os fluxos sejam cumpridos corretamente. Explica que a regulação funciona como uma fila e que, portanto,
373 critérios técnicos precisam ser seguidos para o encaminhamento adequado. O Presidente informa que a Chefe de Gabinete
374 da Vereadora Andréa Cunha está presente, prestigiando a reunião. A Conselheira Anna Quintanilha comenta que, no dia
375 anterior, durante a reunião do Conselho Local de Santa Paula, os Conselheiros Edson e Carlos Cunha também ouviram
376 relatos sobre a confusão existente entre a população e as Unidades Básicas de Saúde. Explica que os usuários não
377 compreendem bem por que são encaminhados ao especialista e depois retornam ao ambulatório ou à unidade de origem, o
378 que tem gerado reclamações. O Secretário reconhece a dificuldade e afirma que a Secretaria está buscando intensificar o
379 diálogo com a população, realizando visitas às Unidades de Saúde. Relata que tem recebido diversas reclamações
380 diretamente e cita, como exemplo, o crescimento da fila de espera para cirurgias bariátricas. A Conselheira Joyce informa
381 que, no dia anterior, ocorreu a reunião do Conselho Local de Saúde do Recanto, na qual foi iniciada uma rediscussão sobre
382 o papel do Conselho, para que os participantes e a comunidade compreendam melhor a função do colegiado gestor. Cita,
383 por exemplo, os problemas relacionados ao acesso à internet, destacando que as regiões do Recanto e de São Bento da Lagoa
384 ainda enfrentam essa dificuldade até os dias atuais. Ressalta que, no Recanto, há um número expressivo de idosos e
385 acamados, e que a equipe não tem conseguido realizar as visitas domiciliares, especialmente no que se refere à imunização
386 desses pacientes. Observa que esse é um tema recorrente, abordado em todas as reuniões, e lembra que já foi sugerida a
387 disponibilização de um carro, uma vez por semana, que pudesse atender pelo menos as três Unidades Básicas de Saúde da
388 região, a fim de amenizar essa situação. Aponta ainda a dificuldade enfrentada pelos médicos para chegar às residências dos
389 pacientes, tendo em vista que muitos precisam se deslocar utilizando o “vermelhinho”, o que torna o atendimento domiciliar
390 ainda mais complexo. A Conselheira Regina fala que, com relação à questão, a população não entende como funciona o
391 fluxo, e isso também é um grande papel da Educação em Saúde e dos Conselhos Locais, para que possamos esclarecer quais
392 unidades devem ser procuradas e em quais situações. Cita ainda o processo de encaminhamento e agendamento. A Gerente
393 Fernanda diz que, nesses quatro anos à frente da Coordenação do Ambulatório, faz uma observação sobre alguns pacientes
394 e doenças. Explica que o ambulatório, assim como qualquer outra unidade especializada, é para atender, tratar, estabilizar e,
395 posteriormente, o paciente retornar para a Unidade Básica de Saúde. Ressalta que é preciso desmistificar isso junto à
396 população do município, pois muitos pacientes criam vínculos e acabam procurando a unidade mais próxima de suas
397 residências. A Conselheira Luciléa relata que, na localidade onde mora, tem recebido muitas queixas de pessoas atendidas
398 nas unidades de saúde do bairro, nas quais o médico solicita diversos exames. Menciona um caso em que a paciente já está
399 com os exames de sangue prontos há mais de três meses, mas ainda não foi chamada para realizar a ultrassonografia nem a
400 mamografia, já se tendo passado seis meses desde a solicitação. Pergunta como proceder em uma situação como essa,



informando que a paciente deu entrada na Unidade do Flamengo no início deste ano. O Secretário diz que é necessário verificar se o pedido está corretamente inserido no sistema, pois as mamografias estão sendo realizadas com agilidade. A Gerente Fernanda complementa dizendo que as mamografias inseridas no ambulatório estão sendo agendadas em, no máximo, quinze dias. A Conselheira Regina orienta que a paciente retorne à Unidade de Saúde para verificar sua posição no agendamento. A Conselheira Luciléa acrescenta que a paciente questionou seu Agente de Saúde, que informou que ela está na fila e que não poderia marcar o retorno sem estar com todos os exames solicitados pelo médico em mãos. O Secretário Marcelo volta a comentar sobre o caso de um paciente que estava com o encaminhamento em papel e não sabia que deveria levar à Unidade de Saúde para inserção no sistema. Ressalta que há várias situações que podem ocorrer, mas que a Secretaria tem trabalhado incansavelmente para melhorar esses processos. Destaca que, especificamente em relação à mamografia, tem sido uma prioridade reduzir a fila, que atualmente está com agendamento rápido, e que é necessário averiguar o que aconteceu nesse caso específico. O Presidente agradece a presença da Gerente Fernanda. **Décimo primeiro ponto da pauta:** Aprovação da Oficina da CISTT, agendada para o dia 21 de outubro de 2025, das 9h às 16h, no Auditório do Banco Mumbuca, Parque Eldorado. A programação inclui palestras de especialistas e debates sobre saúde do trabalhador, saúde ocupacional e o papel das CISTTs e CERESTs. O plenário aprovou a realização do evento por unanimidade. **Décimo segundo ponto da pauta:** Devolutiva da 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O Secretária Geral leu o relatório realizado pelo Conselheiro Jorge, fará parte integrante da ata. **Décimo terceiro ponto da pauta:** **Décimo primeiro ponto da pauta:** Aprovação da Oficina da CISTT. O Vice-Presidente fala sobre a necessidade da oficina para a CISTT-Maricá, apresentando a programação, que inclui palestras de especialistas e debates sobre saúde do trabalhador, saúde ocupacional e o papel das CISTTs e CERESTs, além da quantidade de participantes por categoria. Informa que o evento será realizado no dia 21 de outubro de 2025, das 9h às 16h, no Auditório do Banco Mumbuca, Parque Eldorado. O Presidente coloca a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade. **Décimo segundo ponto da pauta:** Devolutiva da 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. A Secretária-Geral lê o relatório realizado pelo Conselheiro Jorge, que fará parte integrante da ata. **Décimo terceiro ponto da pauta:** Sugestão de pauta para a próxima reunião. O Conselheiro Edson pede a reformulação das Comissões. O Presidente coloca a questão dos Conselhos Locais e sugere que seja tirada uma agenda para eleição. Informa que, na próxima reunião, será apresentada a agenda elaborada pela Mesa Diretora, com sugestão de algumas datas, solicitando aos representantes distritais que colaborem com o processo. **Décimo quarto ponto da pauta:** Informes Gerais. O Conselheiro Carlos Cunha informa que tem uma companheira, a Sra. Cristiane Dutra, e lembra que, desde a época do ex-presidente Bruno, foi concedida a oportunidade de a população se manifestar em algumas reuniões. O Presidente responde que a decisão não cabe apenas a ele e consulta a plenária sobre a permissão para que Cristiane se manifeste, sendo aprovada a solicitação. A Conselheira Aparecida comenta que achou muito interessante o relatório da devolutiva da Conferência, mas que lhe pareceu um sumário. Pergunta se seria possível transcrever o relatório do aprendizado obtido durante o evento. O Vice-Presidente responde que enviará um novo relatório. A Sra. Cristiane Dutra diz que participa do Movimento Nacional dos Ativistas da Enfermagem Brasileira, do qual é presidente em Maricá. Relata sobre eventos realizados no município e cita o caso de uma profissional que veio a óbito na UPA. Após o ocorrido, o movimento promoveu um seminário na faculdade abordando a saúde mental dos profissionais de enfermagem. Solicita ao Secretário e ao Conselho que olhem com mais atenção para essa categoria, destacando que os profissionais de enfermagem representam mais de 80% da força de trabalho nas unidades e necessitam de programas voltados à saúde mental e reconhecimento das dificuldades enfrentadas. Aborda também a questão da insalubridade dos profissionais que saíram do hospital com a entrada da OS e que, ao retornarem, deixaram de receber o benefício. Pede esclarecimentos sobre o processo de retorno do pagamento da insalubridade aos funcionários que mudaram de função ou local de trabalho. Solicita ainda que o Secretário observe as condições estruturais do Hospital da Mulher e menciona a urgência da realização de concurso público, a fim de suprir a defasagem no Instituto de Seguridade, pois há poucos servidores efetivos na ativa e muitos aposentados. Informa que o PCCS retornou à Secretaria de Saúde em 18/09. O Conselheiro Marcelo informa que, no dia 18 de setembro, foi realizada a Comissão Paritária de Carreiras no âmbito do SUS e destaca que o PCCS é prioridade, mas requer a colaboração dos servidores para sua execução. Afirma que, da parte dele, fará o possível para que o processo avance. Menciona que, na comissão, participam a Dra. Janete, Carlos José da Costa, Adriana Domingues Picanço e Jorge Alberto Rispoli. Ressalta a necessidade de união para que o projeto evolua, pois a realização de concurso público depende de um plano de cargos e salários atrativo para os profissionais. Explica que, para isso, será necessário buscar apoio junto ao Prefeito e ao Governo Municipal. Sobre a saúde mental, orienta que os interessados procurem Daiana, do NEPS, que está sob a coordenação da servidora estatutária Daniele Thomé. Ressalta que os servidores



451 que desejarem retornar à Saúde, estando em outras secretarias, são bem-vindos, e informa que o município tem recebido
452 servidores estatutários de hospitais federais, desde que sem ônus para o município. Sobre a questão da insalubridade, o
453 Secretário entende que deve ser tratada com o setor de RH. Em relação ao Hospital da Mulher, informa que já existe um
454 projeto e que está sendo adquirindo um terreno ao lado direito do Che Guevara. Relata alguns entraves burocráticos na
455 compra do terreno e diz que também está sendo avaliada a construção de um novo ambulatório atrás da Prefeitura, no Parque
456 Eldorado. Menciona que há um planejamento de longo prazo, aguardando a finalização dos processos de chamamento dentro
457 da RUI e da Atenção Especializada, a fim de concluir a clínica CMM (antiga clínica do Dr. Kenedy), onde será implantado
458 um Centro Materno-Infantil para desafogar o Hospital Conde. Destaca ainda o projeto “Cidade da Saúde Dr. Ernesto Che
459 Guevara”, que transformará o Conde em um complexo com várias unidades próximas. Já existe o SAD, e o município busca
460 adquirir outras unidades para compor o complexo. Há também a intenção de adquirir a clínica São Vicente, para transformá-
461 la em unidade de emergência de baixa complexidade. Ressalta o avanço na implantação da telemedicina, incluída no
462 chamamento público. O Presidente coloca em votação a permissão para fala do representante dos ACSs, sendo aprovada. O
463 Sr. Liz Plácido agradece a oportunidade e informa que é Agente Comunitário de Saúde e representante sindical da região de
464 Maricá, além de membro da CISTT deste Conselho. Relata preocupação com a mudança de estação, pois os Agentes
465 Comunitários de Saúde e os Agentes de Endemias estão sem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes da
466 nova Organização Social, protetor solar e repelente. Cita também a questão da insalubridade e informa que, naquele
467 momento, estava ocorrendo uma audiência de conciliação no Ministério Público do Trabalho entre a Prefeitura, o Instituto
468 GNOSES e o Sindicato. Pede celeridade na resolução dessa questão. O Secretário responde que o processo precisa estar
469 devidamente fundamentado para que o pagamento seja realizado com segurança jurídica e técnica. Ressalta que a atual
470 gestão tem se empenhado em pagar o que é de direito e que, havendo comprovação, o pagamento será efetuado. Sobre as
471 solicitações de EPIs, orienta que sejam encaminhadas à Coordenadora Daniella, informando que haverá uma reunião com a
472 OS para tratar do assunto. Fala ainda sobre o enfrentamento das arboviroses, que se repetem anualmente. A Conselheira
473 Regina informa que já notificou a OS sobre a falta de uniformes e EPIs dos ACSs e ACEs. O Sr. Liz Plácido acrescenta que
474 os agentes têm recebido notificações de advertência e alteração de ponto por telefone, sendo informados verbalmente por
475 membros do RH. Dispõe-se a enviar os relatos. A Conselheira Regina orienta que sejam enviados para formalizar a
476 notificação à OS. A Conselheira Aparecida manifesta preocupação com a renúncia da Conselheira Denise Marchon,
477 destacando sua dedicação e comprometimento com o Conselho. Ressalta que sua saída causou grande impacto no colegiado,
478 dada sua postura técnica e defesa constante do SUS. O Conselheiro Carlos Cunha convoca o Presidente e a Mesa Diretora,
479 bem como demais interessados, para uma reunião interna do Conselho, a ser realizada na terça-feira, às 10h, com o objetivo
480 de tratar de assuntos internos e promover um diálogo mais aprofundado com o colegiado. O Conselheiro Rodrigo Cantini
481 questiona sobre o andamento das cirurgias de Otorrino, relatando que, segundo informações da Sra. Rosângela Ferreira, as
482 cirurgias estão suspensas por falta de convênio ou prestador disponível, tanto dentro quanto fora do município, e pede
483 esclarecimentos. O Secretário responde que conversou recentemente com o Dr. André Nahum, Subsecretário e otorrino do
484 Che, e que foi informado sobre a suspensão de várias cirurgias por parte dos prestadores. Reconhece a existência de uma
485 fila de espera e informa que estão estudando alternativas e buscando recursos parlamentares para aquisição de equipamentos,
486 o que permitirá ampliar as cirurgias no Hospital Che Guevara. Prevê a entrega de mais duas salas cirúrgicas em dezembro e
487 o replanejamento da OCI de Otorrino. O Presidente comenta que o Estado havia assumido os encaminhamentos, mas
488 suspendeu as cirurgias. A Conselheira Eliane informa que, como militante e ativista de vários movimentos sociais,
489 representará Maricá como Delegada na Conferência Estadual de Direitos Humanos, no dia 26, e na Conferência Nacional
490 da Comunidade LGBT, em Brasília, entre os dias 21 e 25 de outubro. A Coordenadora Daniella apresenta a nova
491 Coordenadora do CEREST, Sra. Viviane Oliveira, que é enfermeira do trabalho. A Coordenadora Viviane informa que o
492 CEREST (Centro de Referência da Saúde do Trabalhador de Maricá) abrange os municípios de Tanguá, Rio Bonito, Itaboraí,
493 Silva Jardim e Maricá. Explica que, nessa nova reestruturação, será criada uma gerência financeira para movimentar as ações
494 do CEREST e que está sendo realizada a reestruturação da Vigilância em Saúde do Trabalhador, responsável pela vigilância
495 epidemiológica dos casos. Relata que, mesmo em pouco tempo, já foram iniciadas diversas ações voltadas à saúde dos
496 trabalhadores do município e da região. A Conselheira Rose Mary pergunta quais são os profissionais que atualmente
497 compõem a equipe do CEREST. A Coordenadora Viviane responde que a equipe é formada por fisioterapeuta, enfermeiros,
498 médica do trabalho, técnico de enfermagem, dentista, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social e técnico de segurança do
499 trabalho, convidando todos os conselheiros a visitarem o espaço. O Secretário lembra que o CEREST foi recebido em
500 situação delicada, mas foi possível retomar suas atividades com a participação e o apoio do Conselho. Agradece a parceria



501 e reforça o compromisso de continuar avançando no fortalecimento do CEREST, que integra a estrutura da Vigilância em
502 Saúde. O Presidente agradece a todos pela presença, encerra a reunião às 16h:55min. (dezesseis horas e cinquenta e cinco
503 minutos) convida a todos para nossa próxima reunião ordinária no dia 30 de outubro, às 14h, nesse mesmo local, excelente
504 tarde a todos. eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna
505 Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá,
506 29 de setembro de 2025. XXX

507

Sandro dos Santos Ronchetti
Gestor – Sec. de Saúde
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

508

509

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula
Secretária Geral

510

511

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV
Tesoureiro

Marcelo da Costa Velho Mendes de Azevedo
Gestor – Sec. de Saúde

512

513

Joyce do Valle Santos
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de
Itaipuaçu - 4º Distrito

Eliane Fontes de Araújo
Usuária - ABL- Articulação Brasileira de Lésbicas

514

515

516

Marcos de Souza Pires
Ass. Médica de Maricá

Edson Gonçalves de Oliveira
Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá

517

518

519

520

Renata do Nascimento Frazão
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Rodrigo Cantini
Ass. Médica de Maricá

521

522

Rose Mary de Melo Bruce
Ass. de Moradores de Cordeirinho -
2º Distrito de Maricá

Antônio Carlos Cunha
Usuário – Cruz vermelha

523

524

Yasmim Lemos Von-Sohsten Moreira
Centro Espiritualista ARUANDA

André Ricardo dos Santos Gonçalves
Usuário – FAMMAR

525

526

Lucilêa Pereira Rosário
Usuária – Ass. de Mord. do Parque da Cidade 1º Distrito

Moisés Antônio de Melo Abrão
Usuário- Sindicato de Educação de Maricá

527

528

Regina Ferreira Pinto Bezerra da Silva
Gestor – Sec. de Saúde

Isabella Barbosa de Freitas
Gestor – Sec. de Saúde

529

530

Alexandre da Rocha Rodrigues
Gestor – Sec. de Urbanismo

Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia
Ass. Pestalozzi de Maricá